



Um toque de Medidas

Esgoto vira energia nas ETEs da CEDAE e ainda ajuda a reduzir poluição

Páginas 4 e 5



Técnicos da CEDAE e da Coordenação dos Programas de Pós Graduação em Engenharia da UFRJ (Coppe) descobriram um meio de produzir energia mais barata, aproveitando o gás metano e a gordura gerados no processo de tratamento de esgoto. O processo já está em testes e deverá utilizar como piloto a ETE de Alegria, no Caju, eliminando do meio ambiente dois elementos altamente poluentes.

Nova Diretoria da ASEAC toma posse

Página 2



Paulino promete manter o mesmo ímpeto na luta contra a privatização

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
 Paulino Cabral da Silva

Diretor Vice-Presidente
 Dario Mondego

Diretor Administrativo
 Flávio de Carvalho Filho

Diretor Financeiro
 Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação
 Claudino Victor R. E. Santo

Diretor Técnico
 Jorge Luiz Ferreira Briard

Diretor Social
 Antônio Bastos de Oliveira

Diretor Jurídico
 Aloysio Gomes Feital Filho

Diretor Adjunto
 Aloysio Ribeiro Filho

Conselho Diretor - 2002/2004
Representante dos Administradores
 Pedro Paulo de Freitas

Representante dos Advogados
 Sueli Kölling Turano

Representante dos Analistas
 César Lima da Graça

Representantes dos Aposentados
 Nelson Martins Portugal

Honório Gil Rego
 Ivan Rocha Vieira

Antônio Nazareno Soares
 Manssur Assafim

Maria Christina Piragibe

Representante dos Arquitetos
 Júlio Celso Bragança Gil

**Representante dos Assistentes
 Sociais**

Zélia Maria Monteiro Borba

Representante dos Biólogos
 Evandro Rodrigues de Brito

Representante dos Contadores
 Sérgio Pereira

Representante dos Economistas
 Firmino Gustavo Gamaelira

Representantes dos Engenheiros
 Antônio Carlos Álvares Grillo

Flávio José Soares de Moura
 Edes Fernandes de Oliveira

Júlio César Oliveira Antunes
 Armando Costa V. Junior

Altamir Pereira Nunes

Representante dos Farmacêuticos
 Armando Costa Vieira

Representante dos Geólogos
 Egmont Bastos Capucci

Representante dos Químicos
 Paulo Roberto Correa

Conselheiros Natos

Antônio Inácio da Silveira
 Walnry Bitencourt de Oliveira

Emy Guimarães de Lemos
 João Carlos do Rego Pinto

Renato Lima do Espírito Santo
 Carlos Henrique Soares de Menezes

Jaime Dutra Noronha
 Dario Mondego

Conselho Fiscal - 2001/2003
 César Eduardo Scherer (Efetivo)

Márcio de Melo Rocha (Efetivo)
 Paulo César Quintanilha (Efetivo)

Jorge Rodrigues Leitão (Suplente)
 Gérson Pereira Nascimento (Suplente)

Cândido Francisco S. Silva (Suplente)

Julho/Agosto de 2002

A luta continua!

Nova Diretoria levanta bandeira do Saneamento público

Com a presença do Secretário de Estado de Saneamento Básico e Recursos Hídricos, Agostinho Guerreiro, tomou posse no último dia 18 de julho, na presidência da ASEAC, o engenheiro Paulino Cabral da Silva, substituindo Dario Mondego, que, depois de seis anos no comando da associação, passou a responder pela vice-presidência da entidade.

Mais de 100 pessoas compareceram à cerimônia para prestigiar o novo presidente. Além do secretário de Estado Agostinho Guerreiro, também estiveram presentes os subsecretários Clóvis Nascimento e Hélio Anomal; o Diretor Regional do Interior da CEDAE, Oséas de Miranda Barbosa; o Diretor de Empreendimentos, Luis Fernando Vieira; o Diretor de Produção e Tratamento, João Benedito Lorenzon Mello; e o presidente da Associação dos Aposentados da CEDAE (ASA-PAE) Vicente Milles. A necessidade de se trabalhar pelo resgate da CEDAE como referência no setor de Saneamento Básico e a permanente ameaça de privatização foram a tônica de praticamente todos os pronunciamentos feitos durante a solenidade, que pela primeira vez contou com a presença de um secretário de Saneamento.

Ao saudar o novo presidente da ASEAC, Agostinho Guerreiro disse que, embora fosse a primeira vez que visitava a entidade, a ASEAC sempre foi uma referência na história de luta em defesa da CEDAE. "E na nossa luta maior pela democracia e pelo desenvolvimento do país, o esforço de tornar o Saneamento Básico um benefício da população como um todo deve ser considerado", afirmou. O secretário lembrou que este é um ano de eleições, e que é preciso refletir bem na escolha do candidato. "Através do nosso voto, o país pode avançar ou estagnar. São 20 anos sem crescimento! Não podemos esperar passar mais 10 anos, olhar para trás e dizer que foi mais uma década perdida", exclamou.

Em seu discurso de posse, o novo presidente da ASEAC afirmou que irá lutar contra qualquer iniciativa que possa trazer danos à preservação da CEDAE, em especial contra a privatização. Disse ainda que procurará promover cursos e palestras para manter os associados atualizados,



Foto: J. Andrade

**De olho nas próximas eleições,
 novo presidente recomenda voto nos
 políticos comprometidos com a gestão
 pública do Saneamento**

além de criar ações na área social e esportiva, para que haja uma maior integração entre os sócios. Paulino Cabral agradeceu a todos que contribuíram durante todos esses anos para tornar a ASEAC uma associação atuante, em particular o presidente que se despede, Dario Mondego: "Nesses seis anos atuando como presidente, ele foi imprescindível para solidificar a Associação", afirmou. No final do seu discurso, aconselhou a todos os presentes a votarem nos candidatos comprometidos com o saneamento público.

Ao se despedir, Dario Mondego disse estar feliz por estar encerrando um mandato vitorioso de seis anos, no qual a ASEAC, junto com os sindicatos, lutou e conseguiu vencer a batalha contra a privatização. "Mas a guerra não terminou e continuarei a lutar", afirmou. "Tudo o que realizei foi em equipe. Não realizei nada sozinho, e ainda contei com a ajuda de Paulino e dos funcionários da Casa, que nunca deixaram a desejar". Ao finalizar, disse que a CEDAE precisa se reerguer e que, para isso, é preciso dar continuidade ao trabalho que

tem sido feito, de forma que a empresa volte a ser modelo de saneamento para os outros Estados.

O Subsecretário de Recursos Hídricos, Hélio Anomal, conhecido por sua história de luta em defesa da CEDAE, reiterou seu apoio à diretoria da ASEAC na luta contra a privatização, em todos os momentos. "Não podemos perder a Fé e a Esperança. É preciso continuar perseverante para mudar a estrutura do país, que só esmaga a classe trabalhadora", afirmou. Clóvis Nascimento, também subsecretário, reafirmou seu orgulho de trabalhar em uma empresa como a CEDAE, que contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas do Estado. "E parabenizou a ASEAC por sua incansável contribuição nas lutas nacionais que envolvem questões de saneamento." O presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Água e Esgoto (SINTSAMA) Francisco Teixeira Pinto, encerrou a série de discursos feitos, enfatizando a responsabilidade da CEDAE de universalizar o saneamento para reproduzir uma sociedade mais igualitária ao povo brasileiro.

Um rio de polêmica

Estado e ANA discutem a cobrança pelo uso da água

“O rio Guandu nasce e deságua em território do Estado do Rio de Janeiro. Portanto, é um rio de domínio estadual e não existe conflito, do ponto de vista do conceito de bacia hidrográfica.” É exatamente esta posição que a secretaria de Recursos Hídricos vai sustentar em suas negociações com a ANA para instituir a cobrança pelo uso da água daquela bacia hidrográfica, responsável pelo abastecimento de cerca de oito milhões de pessoas, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, através do sistema Guandu.

A informação é do subsecretário adjunto de Recursos Hídricos do Estado, Luiz Carlos Rodrigues Filho, que não acredita que ocorram maiores polêmicas em torno da discussão acerca de quem seria o responsável pela outorga e cobrança da água daquela bacia, tendo em vista o fato de o rio Guandu ser formado através de um complexo processo de transposição das águas do rio Paraíba do Sul, que é de domínio federal.

Segundo ele, o Comitê da Bacia do Rio Guandu já foi instalado pela própria governadora do Estado, como primeiro passo para se preparar a cobrança pelo uso da água naquela bacia. Portanto, para o Estado não há dúvida de que o rio é de domínio estadual e quem deve outorgar a concessão pelo uso da água no Comitê do Guandu é a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla). O comitê do Guandu vai ser gerenciado por uma diretoria colegiada (seis membros), na qual o Estado tem um assento, representado pelo próprio subsecretário.

Quanto à questão da cobrança pela transposição das águas do Paraíba do Sul, ele acha que é uma questão a ser discutida com a ANA, “o que aliás já está sendo feito. Como é um caso extremamente complexo, nós temos que tomar cuidado para não deliberar de forma apressada sobre algum assunto que venha a criar problemas ou retardar ainda mais a gestão dos recursos hídricos no Estado”, afirmou. Na opinião de Luiz Carlos Rodrigues, a questão não é nova e se torna um pouco mais complexa, porque a transposição só se dá, de fato, depois da geração de energia elétrica pela Light. “Nós entendemos que a outorga do rio Paraíba é da ANA e a do Guandu é da Serla”, afirmou.

- Dentro dessa transposição, os recursos pagos serão destinados ao Comitê de Estudos e Impactos do Vale do Paraíba (CEIVAP). Quando houver um plano de bacia para o Guandu, o valor a ser cobrado naquela área vai viabilizar investimentos na área de abrangência do Guandu - explicou. Sobre a aplicação dos recursos arrecadados pela ANA, no Paraíba, por conta da transposição, por enquanto o que existe é a proposta, feita pela ANA ao Estado, de que 80% de uma possível arrecadação seja aplicada na bacia do Guandu. Mas isso depende de deliberação do CEIVAP.

- Nós temos que tratar o assunto com bastante equilíbrio. O Guandu precisa de investimentos pesados para recuperar toda a sua bacia. “Se a questão não for muito bem resolvida agora, daqui a 20, 25 anos, não sei se teremos recursos para recuperar tudo que já foi destruído, esvaçalhado pela forma como nós crescemos economicamente, sem tratar do meio ambiente. E não sei também se vamos ter água para todo mundo, a não ser tratando água do mar e buscando água mais distante”.

Devido à gravidade da situação Luiz Carlos Rodrigues acredita que não haverá problema nenhum entre a ANA e o governo do Estado para solucionar essa questão da transposição. Quanto ao prazo para o início da cobrança, ele acha que é preciso muito cuidado. “O Brasil praticamente copiou a Lei francesa. Mas lá, eles sancionaram a Lei de Recursos Hídricos em 1964 e só vieram a iniciar a cobrança seis anos depois. Primeiro, fizeram investimentos pesados no levantamento de todas as necessidades para a real qualidade das águas, quantidade de usuários, cadastro etc. Nossa lei federal é de 1997 e a estadual é de 1999. Há uma preocupação em fazer logo a cobrança, mas não queremos dar um passo maior que a

perna, acabando por inviabilizar um processo importante no sentido de descentralizar a gestão dos recursos hídricos, que é fundamental.

O subsecretário de Recursos Hídricos elogiou a iniciativa da CEDAE no sentido de fazer, em caráter de emergência, a transposição dos rios dos Poços, Queimados e Ipiranga, que poluem a entrada do sistema de captação de água bruta da ETA do Guandu. “Trata-se de uma decisão muito importante do governo do Estado, para defender a população do Grande Rio de problemas semelhantes aos que já ocorreram em novembro do ano passado (2001), quando tivemos sérias dificuldades para tratar a água. Vejo um trabalho importante da CEDAE, do ponto de vista emergencial, para garantir o abastecimento de oito milhões de pessoas”, afirmou.

Para ele, contudo, a médio e longo prazos, é necessário adotar medidas definitivas, através da CEDAE ou dos serviços autônomos, para eliminar, por exemplo, a contribuição dos municípios, e deixemos de poluir os rios que são afluentes da tomada d’água do Guandu.

Ao concluir, afirmou que “todo cidadão tem de entender que é parte desse processo. A questão ambiental, em última análise, representa a continuidade do cidadão no mundo. Ou a gente olha isso com clareza ou não vai ter a mínima possibilidade de existir como humanidade.

Apesar da opinião do subsecretário de que a cobrança não deve acontecer imediatamente (09/12/02), como pretende a ANA, a ASEAC considerou o fato preocupante, pois se a previsão da Agência vier a ser confirmada, pelas fórmulas de cálculo que têm sido apresentadas, o valor deverá representar para a CEDAE um desembolso da ordem de R\$ 4 milhões/mês, não previsto para 2003 no orçamento da companhia.

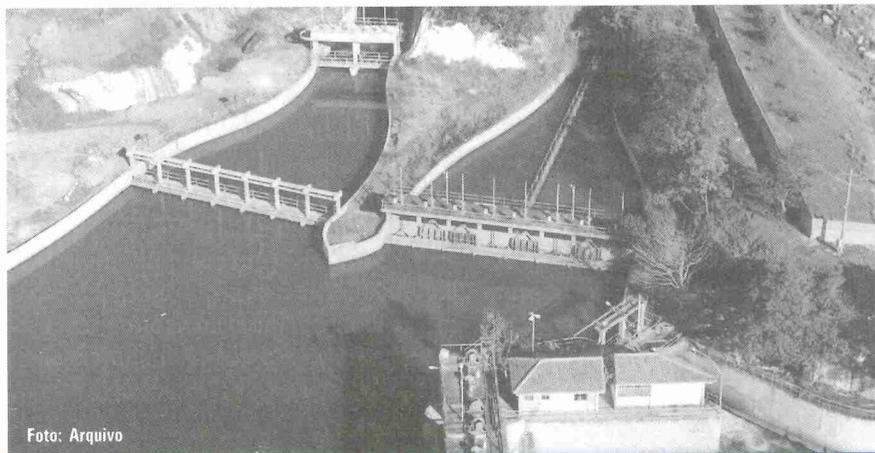


Foto: Arquivo

Um voto de esperança

Depois de anos colaborando com a ASEAC na luta pelo Saneamento público, como diretor e vice-Presidente, agora me vem o desafio de assumir a entidade como presidente.

Desafio, por três motivos: primeiro, pelo prestígio que a ASEAC conquistou, o que aumenta minha responsabilidade nessa luta; em segundo, pelo momento delicado por que passa o setor; e, em terceiro, pela difícil tarefa de substituir Dario Mondego na presidência da entidade.

Nunca é demais lembrar o esforço incansável do nosso companheiro Dario, que, ao longo de três mandatos consecutivos, só fez engrandecer o nome da ASEAC com sua brilhante atuação na luta contra a privatização da CEDAE. Foi graças ao seu empenho e dedicação que, hoje, a nossa associação conquistou credibilidade junto aos acionistas minoritários da Companhia, tanto que decidiram eleger nosso ex-presidente seu representante no Conselho de Administração da CEDAE, fato que engrandeceu ainda mais a nossa ASEAC.

Mas é com orgulho que assumo esse desafio. E como presidente não tenho outro caminho a não ser dar continuidade ao excelente trabalho feito até aqui, lutando contra qualquer iniciativa que possa trazer danos à preservação da CEDAE, tais como a entrega da concessão do Saneamento Básico na Barra da Tijuca. Enfim, continuarei atuando de maneira firme contra a privatização da Companhia.

Mas é preciso ver também o lado humano e profissional dos técnicos que formam a nossa entidade. Assim, em meio a outros objetivos, vou procurar, através de convênios e/ou por outros mecanismos, promover a realização de cursos e palestras que visem a reciclar e atualizar nossos associados. Vamos estimular também atividades nas áreas social e esportiva, que permitirão uma maior integração entre os nossos sócios e com a diretoria da CEDAE, nessa luta em defesa da companhia.

Não podemos esquecer, também, o momento político que atravessamos. E vamos tirar proveito das lições do passado, na hora do voto. Nós, profissionais de Saneamento, já fomos enganados com promessas de campanha de preservação da CEDAE pública por vários candidatos. Mas tão logo se elegeram, mudaram de posição. Assim, é fundamental que, antes de votar, analisemos as promessas e programas de cada candidato, para saber o que já fizeram pelo Saneamento. Temos de ter consciência e votar apenas nos candidatos que tenham compromisso de fato com o Saneamento público. E mais do que isso, precisamos conversar com nossos colegas, amigos e familiares, para esclarecer e orientá-los sobre o assunto. O momento é crucial e por demais importante. Afinal, do nosso voto não depende apenas o futuro da CEDAE, mas de toda a sociedade do Estado do Rio de Janeiro, que, a partir de janeiro próximo, poderá trilhar um caminho de esperança ou um verdadeiro inferno astral, com a entrega do Saneamento básico à sanha da exploração pelo capital privado.

Paulino Cabral da Silva
 Presidente



Economia de energia e menos emissão de poluentes nas ETEs

Pesquisadores da Coordenação dos Programas de Pós-graduação da UFRJ (Coppe) e técnicos da CEDAE descobriram uma forma de eliminar do meio ambiente dois dos mais poluentes resíduos gerados no processo de tratamento de esgoto e ainda produzir energia para reduzir os custos operacionais das estações e da frota de veículos da companhia.

Um convênio, que acaba de ser assinado entre as duas instituições, vai permitir a implantação de um projeto piloto destinado a desenvolver o aproveitamento do gás metano emitido nas ETEs, que, em vez de queimado e jogado na atmosfera, será transformado em energia elétrica para operar a própria estação. Paralelamente, os técnicos vão retirar também energia do esgoto, produzindo biodiesel a partir da gordura extraída no processo de tratamento, para abastecer a frota de veículos, substituindo a gasolina e/ou o diesel convencional.

Segundo informou o próprio presidente da CEDAE, Celso Leitão, o projeto ainda está em fase experimental em uma estação de tratamento da companhia (ETE de Alegria, no Caju), mas poderá ser ampliado de acordo

com os resultados, a todas as unidades de tratamento de esgoto da empresa. A tendência, na medida em que o projeto for evoluindo, é ajudar a reduzir os custos da empresa como um todo e do próprio processo de geração de energia nas ETEs.

MAIS ENERGIA, MENOS POLUIÇÃO

Entusiasta e articulador do convênio que viabilizou as pesquisas, o diretor da CEDAE para a Região da Baía de Guanabara Leste, Oscar Mattos Neto, explicou que a grande vantagem do projeto, para a companhia, é que as ETEs poderão produzir energia elétrica a um custo 50% mais barato, a partir da utilização do gás metano, que está presente nas emanações de esgoto e ainda deixará de contaminar o meio ambiente. O mesmo ocorre com o biodiesel, que é produzido a partir da gordura existente no esgoto. “Assim, ganham a CEDAE e a população – a primeira com a economia de energia; a segunda com a eliminação de substâncias nocivas ao meio ambiente”, afirmou. Atualmente, como é procedimento padrão nas ETEs, o metano gerado no processo de tratamento é queimado, contribuindo para agravar o efeito estufa.

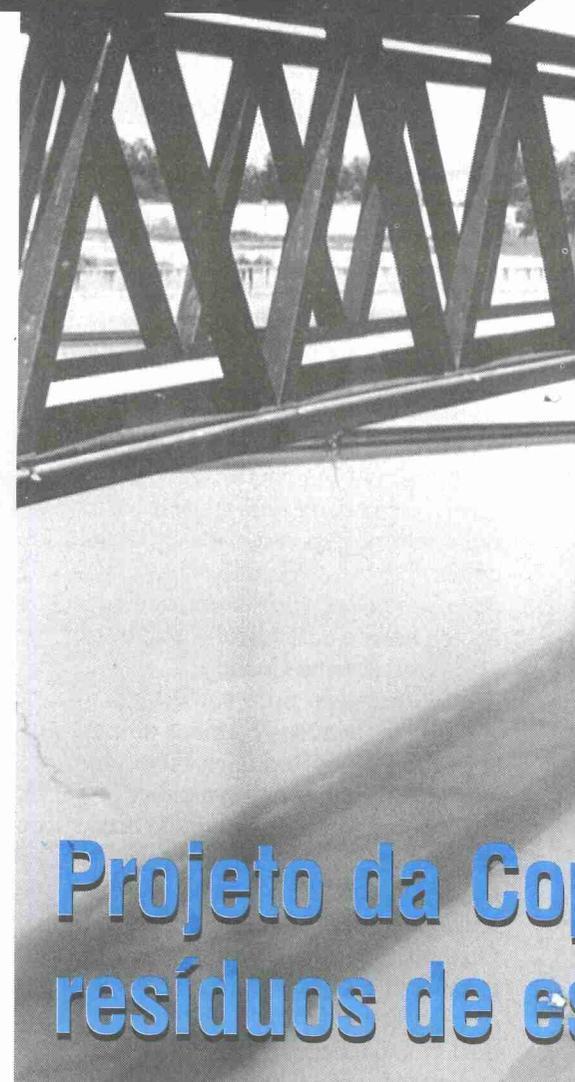
Segundo Oscar Mattos, o uso do biodiesel, hoje, já é uma realidade na Alemanha, onde já circulam cerca de 100 mil carros utilizando esse tipo de combustível, e deverá entrar no mercado brasileiro em breve, por suas diversas vantagens, entre as quais as emissões de gases, que são muito menos poluentes do que do diesel comum. Quanto ao motor, o desempenho é o mesmo.

Atualmente a gordura vem sendo fornecida pela rede fast-food Mac Donald's. Nesse sistema de coleta seletiva, um caminhão recolhe a gordura fornecida pela lanchonete para ser usada na produção do biodiesel. No futuro, a idéia é que a CEDAE ceda a “escuma” do esgoto (gordura) e receba em troca o combustível, a um custo mais barato do que o diesel tradicional para alimentar sua frota. A conversão para o uso do biodiesel também é simples. Segundo o diretor da CEDAE, basta substituir as mangueiras por outras de material mais resistentes. O aproveitamento da gordura do esgoto é de cerca de 98% para cada litro.

COLETA SELETIVA DE GORDURA

O trabalho conjunto da UFRJ e CEDAE está sendo implementado pelo Instituto Virtual de Mudanças Globais da Coppe (IVIG), sob responsabilidade dos professores Luiz Pinguelli Rosa e Donato Aranda, que foram pessoalmente à CEDAE apresentar o projeto. O coordenador é o professor de engenharia e pesquisador Luciano Basto Oliveira, para quem apenas o fato de se eliminar a emissão de resíduos dessas estações que aquecem a atmosfera já representa um enorme ganho para a sociedade.

- Normalmente, a gente gasta dinheiro para despoluir. Nesse caso, com a produção do biodiesel e do biogás na ETEs, além de reduzir as emissões dos poluentes ainda será possível economizar recursos e também despoluir o meio ambiente – disse Luciano Basto. Além disso, a energia térmica gerada pelo reator no processo de produção do biodiesel é aproveitada no aquecimento necessário para provocar a reação do biogás, explicou. Isso atende o protocolo de Kioto, no sentido de redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, e se enquadra nas diretrizes do Programa Rio Desenvolvimento Limpo, desenvolvido pela prefeitura do Rio para pesquisar as possíveis causas do efeito estufa no município,



Projeto da Coppe
resíduos de es



Oscar Mattos Neto, diretor da CEDAE, é um dos grandes incentivadores do projeto

Toqui

e que fundamenta a atuação do IVIG.

O pesquisador da Coppe informou ainda que a expectativa é que se consiga produzir entre 5% e 10% da energia que a ETE de Alegria consome. E como ela ainda está trabalhando com capacidade ociosa, é possível que se possa produzir um percentual ainda maior de energia. “O mais importante é que o projeto evita o custo dessa poluição gerada nas ETEs. E influi diretamente sobre a imagem das companhias de Saneamento, que são vistas como empresas de lixo e de esgotos, quando na verdade são a solução desses problemas”, acrescentou. Com relação ao biodiesel, Luciano Bastos informou que cada litro de gordura poderá substituir 0,9 litro de diesel convencional, ou seja, quase um por um. “Na verdade, se considerarmos o

Fotos: J. Andrade

Professor Donato Aranda, da Coppe, um dos coordenadores do projeto

Coppe/CEDAE transforma esgoto em energia



que de Medidas

ganho de não poluir e o número de pessoas que deixam de ter problemas respiratórios, as vantagens são ainda maiores”, afirmou. Do ponto de vista global, o biodiesel evita 80% de emissão de CO₂; Em nível de poluição regional, reduz a chuva ácida em 98% ; e do ponto de vista local, reduz a poluição por material particulado (foligem) em cerca de 50%.

PARCERIA

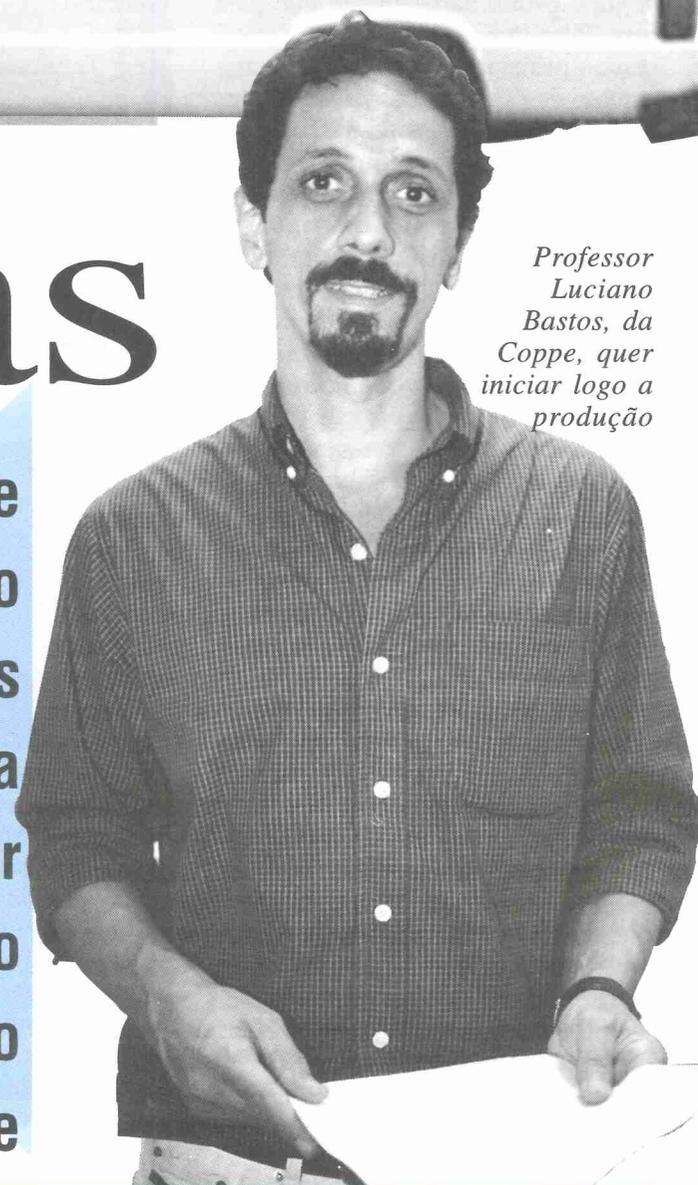
Quando os estudos forem concluídos, se houver interesse em implantar o projeto e a CEDAE liberar rapidamente os recursos necessários, em 30 dias é possível instalar a planta industrial e iniciar a produção de biodiesel e de energia elétrica a partir do gás metano.

De acordo com o professor de engenharia Donato Aranda, PHD em

Química e um dos responsáveis pelo projeto na Coppe, a técnica de produção já está desenvolvida. O desafio inicial era extrair a gordura da espuma gerada no processo de tratamento de esgotos - quimicamente, trata-se de um triglicerídio comum. - e os equipamentos do laboratório do Instituto de Química da Coppe tiveram que ser readequados. A separação foi conseguida através de um aparelho denominado “Extrator Soxhlet”.

Feito isso, a gordura extraída (cerca de 10%) é colocada em reatores com 15% de metanol (150 gramas/litro) e 1% de catalisador para acelerar a reação. A etapa final, segundo o professor Donato Aranda, é reduzir a água do combustível, de 5% para 0,05%, e aferir o combustível, para verificar se está nos padrões da ANP.

Estação de Tratamento de Esgotos de Alegria vai funcionar como piloto do projeto com a Coppe



Professor Luciano Bastos, da Coppe, quer iniciar logo a produção

Por razões sociais e econômicas,
investir em Saneamento é lucro certo

ETE ainda é o melhor remédio

Quem acreditava que investir em serviços de Saneamento pode fazer com que o governo economize quatro vezes mais em saúde, como era defendido anteriormente nos segmentos ligados ao setor, vai levar um susto depois de conhecer a tese de mestrado do engenheiro sanitário Marcos Vinícius Marques Fagundes, aprovada por unanimidade por uma banca examinadora da Coordenação de Programas de Pós-graduação em Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Ele acaba de provar, através de uma ampla e profunda pesquisa, que para cada dólar que se investe em Saneamento – principalmente em coleta e tratamento de esgotos sanitários – é possível economizar até US\$ 100 em gastos com saúde. A tese do engenheiro, atual Superintendente de Planejamento e Obras da Diretoria da Baía de Guanabara Leste da CEDAE, representa uma verdadeira revolução, tendo em vista os critérios utilizados até mesmo pelos organismos de apoio e financiamento internacionais, que preconizavam uma relação de quatro por um. Ou seja, para cada dólar gasto em saneamento básico, acreditava-se que era possível economizar quatro em saúde.

O trabalho do técnico da CEDAE levou cerca de três anos para ser concluído e foi desenvolvido a partir de cenários diferenciados: um extremamente conservador, que ele chamou de pessimista, e outro mais otimista (realista), do ponto de vista do padrão de renda e qualidade de vida das comunidades. O ambiente projetado foi o universo do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), que prevê intervenções na área de Saneamento em todo o entorno da Baía de Guanabara, inclusive com a construção de várias estações de tratamento de esgotos – ETEs. Aliás, a idéia inicial era analisar apenas a importância das ETEs na qualidade de vida das pessoas e o grau de economia que elas proporcionam ao

Estado, mas, como elas praticamente não existem sem as redes de coleta, o técnico resolveu considerá-las no estudo. A tese leva em conta os doentes internados nas redes pública e privada, além daqueles que não buscam atendimento em nenhuma dessas duas, devido à péssima qualidade dos serviços de saúde no Brasil.

Assim, num cenário mais otimista, a análise de gastos com saúde é feita a partir de um quadro que considera as doenças de veiculação hídrica contraídas por falta de saneamento básico por pessoas que sequer vão ao médico (do contrário os custos seriam maiores, com remédios, tratamento na rede pública, além da falta ao trabalho que os impede de produzir). Nesta hipótese, o estudo indica que o Estado poderia deixar de gastar cerca de US\$ 20 com saúde, se investisse um único dólar na construção de estações de tratamento de esgotos.

Segundo Marcos Vinícius, a maior dificuldade para a conclusão do trabalho foi a falta de dados confiáveis, “pois a maioria dos estudos existentes não tem base científica”. O engenheiro estudou mais de 400 trabalhos sobre saúde pública, chegando à conclusão de que 10% da produção sacrificada da economia decorrem de doenças de veiculação hídrica, típicas dos países subdesenvolvidos (amebíase, cólera, esquistossomose, hepatite, infecções intestinais definidas, leptospirose, Leishmaniose e outras infecções parasitárias). No Brasil, ainda há um agravante: como o Sistema Único de Saúde (SUS) não funciona bem, a falta de Saneamento se torna ainda mais grave e gera essa relação de um para 100, explica o técnico da CEDAE.

- Duas situações concorrem para elevar os prejuízos do Estado com a falta de Saneamento Básico: em uma primeira situação, o cidadão fica doente e não morre, mas acaba faltando muito ao trabalho; em outra hipótese pior, ele fica doente e morre, evidentemente não pode nunca mais trabalhar e ainda acaba gerando um prejuízo muito maior ao Esta-

do, com a falta de produção e despesas previdenciárias do Estado com a família. Sem falar que, em muitos casos, a perda do chefe acaba desestruturando a família, levando filhos à marginalidade etc. – demonstra o engenheiro. Segundo ele, “com uma ETE funcionando, cada pessoa beneficiada por ela vai precisar faltar no máximo duas vezes ao trabalho em todo o tempo de vida útil da ETE (30 anos, segundo o PDBG), o que demonstra a alta viabilidade das estações de tratamento de esgotos.

À primeira vista, muita gente pode interpretar a tese do engenheiro da CEDAE como um exercício macabro, tendo em vista que o estudo só leva em conta as desvantagens econômicas da falta de Saneamento Básico. Mas o objetivo foi exatamente o contrário. Ou seja, tentar sensibilizar, através do apelo econômico, mesmo aqueles setores que não tem qualquer sensibilidade social, tais como os bancos, por exemplo, cujo objetivo é meramente econômico, mas que podem ser agentes financeiros do Saneamento.

- Minha tese foi baseada numa visão meramente econômica, ortodoxa, que não deve ser a ótica de governos preocupadas com o verdadeiro desenvolvimento sócio-econômico e com o bem estar da sociedade – diz Marcos Vinícius. Segundo ele, a tese foi desenvolvida dessa forma propositadamente, tendo em vista que se não sensibilizar os governantes por seus aspectos sociais pode sensibilizar até mesmo os gestores econômicos, os tecnocratas do governo pelas vantagens econômicas inquestionáveis que representam os investimentos em saneamento. A expectativa é de que a tese do sanitário possa, inclusive, influenciar os organismos internacionais de financiamento, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e nacionais, como o BNDES e Caixa Econômica, na hora de decidir sobre determinados projetos na área de Saneamento Básico.



É hora de os Organismos de financiamento reverem seus conceitos

Tese mostra que
cada dólar investido em Saneamento pode gerar economia de US\$ 100 em prejuízos relacionados à saúde



Rios deixam de poluir Guandu

Focos de poluição que ameaçam a ETA têm seus dias contados

A informação foi dada com exclusividade ao Jornal da ASEAC pelo próprio presidente da CEDAE, Celso Leitão Corrêa, ao falar dos planos do atual do governo para a Companhia. A Tecnosolo já foi contratada para realizar o estudo da transposição, defendida há anos pelos técnicos da CEDAE, para mudar o ponto onde o rio deságua. De acordo com o presidente da CEDAE, a empresa privada já começou a discutir o assunto com técnicos da área de projetos e obras e de produção e tratamento da Companhia, além de representantes da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos.

Segundo Celso Leitão, o rápido processo de degradação que atinge os rios Guandu e Paraíba do Sul é uma preocupação antiga dos técnicos da CEDAE, tendo em vista a importância destas bacias para a vida da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. “A transposição do rio dos Poços é um primeiro passo para melhorar a qualidade da água bruta captada pelo sistema Guandu”, disse Leitão. O presidente da CEDAE acredita que com o início da cobrança pelo uso da água, conforme determina a nova Lei de Recursos Hídricos será possível gerar recursos, através das contribuições da CEDAE e de outras companhias que utilizam a água do Paraíba, para despoluir os dois rios. “Hoje existe a preocupação a nível federal, estadual e da própria sociedade, cobrando uma ação efetiva nesse sentido. Nesse aspecto estamos otimistas para que se obtenha uma melhora”, afirmou.

O presidente da ASEAC, Paulo Cabral, também elogiou a medida, lembrando que a entidade também vem alertando as autoridades para o risco de colapso no abastecimento do Rio de Janeiro, devido ao alto índice de contaminação dos rios que alimentam o sistema Guandu. Segundo ele, as águas dos rios Guandu e do Paraíba do Sul há algum tempo caminham para a intratabilidade, devido a falta de uma política de preservação daquelas bacias. “Até que seja implantado um projeto definitivo de recuperação e proteção do Paraíba do Sul e do Guandu, era preciso que alguma medida emergencial fosse toma-



Foto: Alexandre Loureiro

O projeto de transposição, anunciado pelo presidente da CEDAE, Celso Leitão Corrêa, prevê o desvio das águas dos rios dos Poços, Queimados e Ipiranga. Será feito através de dutos que conduzirão até 4 m³/seg das águas desses rios para jusante da barragem principal do Sistema Guandu. Nas ocasiões de cheias significativas, a vazão excedente deverá transpor o dique previsto, através de um vertedor pré definido.

da. A decisão de fazer a transposição do rio dos Poços vem atender essa necessidade”, acrescentou.

PCCS À VISTA

Ao falar sobre a atual situação da CEDAE, sucateada nos últimos anos por sucessivos governos, Celso Leitão da Cunha disse que a empresa, como é do conhecimento geral, vem enfrentando dificuldades de recursos,

mas a atual diretoria está buscando meios para cumprir as prioridades da Companhia e do governo do Estado, de forma a dar continuidade às obras planejadas.

Entre as possíveis soluções para gerar recursos, a Companhia pretende implementar ações na área comercial, voltadas para o combate à inadimplência, com o objetivo de recuperar a arrecadação em todas as

áreas. “Queremos fazer um trabalho de conscientização junto à sociedade, para que as pessoas entendam que o efetivo pagamento das contas d’água pode se reverter em uma melhor qualidade de serviço. A inadimplência só gera um serviço de pior qualidade”, explicou.

Segundo Celso Leitão, uma outra questão que preocupa atualmente a diretoria é o passivo trabalhista da empresa, que hoje é muito grande. “Vamos implementar ações para interromper de imediato esse processo, acabando com essas demandas ou levando-as a níveis aceitáveis”, disse. Com esse objetivo, a diretoria já deu início a um estudo para retomar à implantação do Plano de Carreira Cargos e Salários da Empresa (PCCS), paralisado há 11 anos, a fim de acertar a vida profissional dos funcionários. Ele explicou que o PCCS vai permitir melhorar as condições de vida dos empregados, com reflexos positivos para a CEDAE e para os usuários dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

- Hoje, muitos empregados da empresa têm qualificação e estão ocupando cargos inferiores. Eles têm de ser reequadrados, e esta meta nós vamos perseguir - afirmou. Segundo o presidente da CEDAE, o estudo do novo PCCS, iniciado no dia 12 de julho, deverá ser concluído em 90 dias: “Nossa idéia é que esse trabalho tenha acompanhamento dos sindicatos e de outros órgãos de classe interessados. Com isso, todos vão poder opinar para que o projeto seja bem sucedido”, explicou Celso Leitão.

O presidente da CEDAE acrescentou que os novos empregados aprovados no último concurso da companhia só deverão ser contratados no início do ano que vem (2003), mesmo porque as contratações são proibidas neste período eletivo. “A admissão certamente será um reforço nos quadros da empresa e vai amenizar a necessidade existente atualmente no quadro dos funcionários”, concluiu.

Segundo Leitão, outra meta de sua gestão é promover o treinamento dos funcionários, para que possam acompanhar os avanços tecnológicos do setor.

Desprivatização

Adiada audiência no processo de reintegração de posse da CEDAE

A Justiça de Campos dos Goitacazes adiou a audiência que seria realizada no último dia 18 de julho, destinada a ouvir o depoimento do prefeito de Campos dos Goitacazes, Arnaldo França Vianna, no processo que o município está movendo contra a concessionária privada Águas do Paraíba (processo nº 8.715/99), para exigir a reintegração de posse dos bens e instalações necessários à operação do sistema de abastecimento de água esgotamento sanitário da cidade e o fim da concessão.

Segundo informações do próprio diretor Regional do Interior da CEDAE, Oséas de Miranda Barbosa, que está acompanhando de perto o caso de Campos, a suspensão teria sido pedida pelo próprio prefeito da cidade – autor da ação, que decidiu fazer uma Audiência Pública para discutir a questão com a população do município, principal interessada os serviços de Saneamento. Oséas considera delicada e muito difícil de reverter a situação em Campos, “mas afirmou que a CEDAE tem de enfrentar o problema até a solução final”.

O subsecretário de Saneamento e Recursos Hídricos, Hélio Anomal, ex-presidente do sindicato dos trabalhadores de Campos, que desde a privatização dos serviços vem lutando para reverter a situação, vê com preocupação a suspensão da audiência, pois isso pode representar um recuo do prefeito Arnaldo França Vianna com relação à decisão de devolver o controle do Saneamento à CEDAE. “Mas tem o lado positivo também, porque a audiência Pública abre espaço para o debate com a sociedade”. Segundo ele, para quem tinha uma situação estagnada, a proposta do prefeito é muito boa para que o assunto volte a ser discutido publicamente e amplamente.

- Nós defendemos isso – o debate democrático. Já tínhamos proposto uma Conferência Municipal para de-

bater o problema com toda a sociedade e segmentos interessados – disse Hélio Anomal.

PARA ENTENDER AS IRREGULARIDADES

A decisão da prefeitura de Campos de restituir o controle do Saneamento Básico À CEDAE foi tomada depois que a empresa privada Águas do Paraíba, decidiu elevar as tarifas das contas de água e esgotos dos usuários, através de aditivo contratual, negado pelo poder municipal.

Como a prefeitura se recusou a autorizar o aumento, a concessionária privada ingressou com um mandado de segurança contra o município, também negado por unanimidade pela Justiça local. Mesmo assim, a empresa privada insitiu na elevação das tarifas, recorrendo ao Tribunal de Justiça do Estado, mas o próprio presidente do TJ, Humberto Manes, relator do processo, deu parecer favorável ao prefeito de Campos, confirmando a decisão de Justiça de Campos.

A transferência da operação do sistema de Saneamento em Campos dos Goitacazes para o setor privado ocorreu há cerca de três anos, de forma tumultuada e arbitrária, quando a empresa Águas do Paraíba tomou posse das instalações da CEDAE, sob vistas grossas do então governador Garotinho e sob forte aparato policial do próprio Estado e seguranças particulares contratados. Além disso, a invasão foi sustentada numa série de irregularidades ocorridas no processo de licitação, apontadas inclusive por uma Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na Câmara de Vereadores local. A posse das instalações da empresa pública contrariava, inclusive, um decreto do próprio prefeito Arnaldo Vianna (183/99), que tentou impedir a invasão, e um outro (decreto nº 184/99), através do qual

o prefeito de Campos devolvia a concessão dos serviços à CEDAE.

Desde então, apoiada pela CEDAE, a prefeitura vem travando uma verdadeira batalha judicial para impedir aumentos de tarifas e retomar a concessão e os bens pertencentes à CEDAE. O objetivo principal da ação, na qual a

CEDAE atua como litisconsorte, é devolver a operação dos serviços à companhia estadual que, aliás, patrocina uma outra ação nesse sentido contra a empresa Águas do Paraíba (processo nº 8621/99), junto à 4ª Vara Cível as Comarca de Campos, através da Procuradoria Geral do Estado.

Intercâmbio técnico



Foto: Alexandre Loureiro

O novo presidente da ASEAC, Paulino Cabral da Silva, foi recebido, no último dia 17 de julho, pelo presidente da CEDAE, Celso Leitão Corrêa. Paulino Cabral foi levar o apoio da diretoria da entidade ao dirigente da companhia, que pediu o empenho de todos os técnicos no esforço pelo resgate do importante papel que a empresa sempre exerceu no ce-

nário do Saneamento nacional. Durante o encontro, um plano de ação conjunta envolvendo a CEDAE e a ASEAC começou a ser desenhado. A proposta da ASEAC, que foi bem aceita pela direção da companhia, tem por objetivo criar um programa de cursos e palestras destinados a reciclar os técnicos da CEDAE associados à ASEAC.

<input type="checkbox"/>	mudou-se
<input type="checkbox"/>	recusado
<input type="checkbox"/>	desconhecido
<input type="checkbox"/>	endereço insuficiente
<input type="checkbox"/>	não existe nº indicado
<input type="checkbox"/>	falecido
<input type="checkbox"/>	ausente
<input type="checkbox"/>	não procurado
	Reintegrado ao serviço postal
Em	____/____/____
Em	____/____/____
	Carteiro

